



O USO DO PJE E SUAS IMPLICAÇÕES NA EFETIVIDADE DOS PRINCÍPIOS DO ACESSO À JUSTIÇA, CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA.

Congresso Internacional de Direito e Tecnologia, 1ª edição, de 10/05/2021 a 13/05/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-05-0

SANTOS; Aline da Conceição¹

RESUMO

O uso do sistema Processo Judiciário Eletrônico (PJe) foi instituído pelo CNJ através da Resolução 185 de 2013 e de acordo com os dados do “PJe Indicadores”, até junho de 2020 cerca de 54.883.805 (cinquenta e quatro milhões oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos e cinco) processos tramitavam no sistema PJe, o que demonstra o quão importante é usar corretamente este sistema para uma efetiva prestação jurisdicional. Desta forma, o presente estudo busca analisar a efetividade dos acesso à justiça, celeridade e economia processual no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, através do uso do PJe. Utilizou-se a metodologia qualitativa, através da análise da legislação vigente bem como a revisão de literatura e relato de experiência. Verificou-se que muitos dos atores envolvidos no uso do PJe não possuem uma educação digital ou mesmo acesso às novas tecnologias e isso gera impactos no cadastramento de ações e petições, bem como na entrada, análise e andamento destes dados nos sistemas internos do PJe de cartório e gabinete, refletindo por fim na efetividade do acesso à justiça, na celeridade e economia processual. O desconhecimento da legislação que fundamenta o uso do sistema e das Tabelas Processuais do CNJ, também trazem reflexos no uso do sistema. Desta forma, faz-se necessário um olhar pedagógico sobre esta temática para que todos os atores envolvidos sejam preparados de forma didática e adequada, adquirindo assim todas as informações necessárias para conhecer e manusear adequadamente o sistema PJe, garantindo assim a efetividade da prestação jurisdicional.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à justiça, Celeridade Processual, Economia Processual, Educação Digital, Processo Judicial Eletrônico

¹ Advogada - Pós-graduada em Direito Digital (Baiana de Direito) - Professora do sistema e das Leis do Processo Judicial Eletrônico - Integrante do Grupo de Pesquisa em Direito Digital da LAEJU/BA,